



# “Fundos não servem para compor o défice”

**Regiões seriam mais ricas se os fundos comunitários não andassem a servir para pagar as despesas correntes do Estado**

“É desolador verificar que, após tantos anos e tantos fundos comunitários depois, a ligeira redução das assimetrias entre as regiões portuguesas aconteça, não por causa da subida das regiões mais pobres, mas por causa da queda da região mais rica que é Lisboa”, lamenta ao Expresso Castro Almeida, o vice-presidente do PSD que negociou o acordo firmado esta semana com o Governo sobre o Portugal 2030.

Se o objetivo central do próximo quadro comunitário é “uma década de convergência de Portugal com a Europa”, algo vai ter de mudar. É que os gráficos destas páginas mostram que as regiões portuguesas não têm conseguido convergir com o PIB *per capita* da União Europeia (UE) no século XXI. Isto apesar dos sucessivos pacotes de fundos comunitários que têm vindo a ser negociados com a Comissão Europeia para os períodos 2000/2006 (o chamado QCAIII), 2007/2013 (o famoso QREN) e 2014/2020 (o atual Portugal 2020).

O acordo alcançado esta semana é para lutar na frente externa. As negociações sobre o próximo orçamento comunitário arrancam já a 2 de maio na UE e o Governo e o maior partido da oposição têm agora uma estratégia conjunta para tentarem trazer o maior volume de fundos comunitários para Portugal. Mas o PSD mostra-se, desde já, disponível para um segundo acordo — mais exigente e para consumo interno — seja para repartir os fundos pelas várias prioridades de investimento seja para estabelecer as regras de gestão “que garantam que o dinheiro é bem aplicado”.



**“Ou os fundos servem para compor o défice ou os fundos servem para o desenvolvimento regional. Há que escolher!”**

Castro Almeida  
Vice-presidente do PSD

cionar, e não substituir, verbas ao OE”.

Recorde-se que o PSD vem denunciando no Parlamento várias práticas de desorçamentação deste Governo à custa dos fundos do Portugal 2020, acusando-o, nomeadamente, de recorrer às verbas do Fundo Social Europeu para pagar despesas correntes dos Ministérios da Segurança Social e da Educação, como é o caso do financiamento dos cursos profissionalizantes.

“Os cursos profissionais custam mais do que os cursos normais e os fundos devem é financiar essa diferença e não o total. Ou seja, os fundos devem apoiar os sobrecustos da formação profissional, mas não os salários dos professores do ensino secundário”, explica Castro Almeida, lembrando que estas práticas de desorçamentação não são apanágio do Governo socialista. “Eu não enjeto as responsabilidades que o Governo anterior teve nesta

matéria. Estávamos em situação de emergência nacional e todo o dinheiro era pouco para cumprir as metas da *troika*. Mas terminado esse período, importa acabar com estas práticas e trazer clareza às contas públicas”.

O vice-presidente do PSD sugere o seguinte critério: tudo aquilo que deve ser feito mesmo não havendo fundos, não deve ser pago com fundos. “Por exemplo, faz sentido que as bolsas de estudo do ensino superior sejam pagas com fundos? Se não houvesse fundos, deixava de haver bolsas de estudo? Então é despesa corrente do Estado”.

### Sim à coesão

O acordo assinado esta semana indica que Governo e PSD vão lutar em conjunto, durante o próximo ano, na frente europeia, para evitarem cortes no Portugal 2030 face ao Portugal 2020. Querem segurar as verbas que o país recebe ao abrigo das políticas de coesão e agrícola comum (PAC). Querem garantir o financiamento europeu aos novos desafios, como a transição energética, as migrações, a segurança e a sustentabilidade demográfica. E querem criar uma capacidade adicional de financiamento do investimento e reformas estruturais, no quadro do aprofundamento da União Económica e Monetária.

Porque o orçamento comunitário dos 27 Estados-membros precisa de aumentar cerca de 20% para conseguir financiar isto tudo, Governo e PSD apoiam a UE na captação de novas fontes de receita. É o caso da utilização dos lucros do Banco Central Europeu ou da taxação das transações financeiras, do comércio de licenças de emissões poluentes ou das chamadas plataformas transnacionais desterritorializadas do sector digital (Google, Facebook, etc.).

O acordo já está disponível no portal do Governo e dedica dois terços das suas 24 páginas a explicar que tipo de investimentos os fundos europeus vão querer financiar no próximo quadro comunitário. É um esboço útil aos promotores públicos e privados interessados em concorrer ao futuro Portugal 2030, a partir de 2021. Muito resumidamente, serão quatro as apostas dos fundos comunitários para retomar a convergência das regiões portuguesas com a UE: a primeira vai apoiar as pessoas e assegurar a sustentabilidade demográfica, combater as desigualdades e promover a inclusão; a segunda a inovação e as qualificações como motores do desenvolvimento; a terceira apoiará um país mais competitivo externamente e coeso internamente; e a quarta um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos.

# O BANCO QUE ANTECIPA O FUTURO

## SOLUÇÃO MILLENNIUM 2020

### FINANCIAMENTO NA CANDIDATURA

Quer financiar a sua candidatura ao Portugal 2020 e iniciar já o seu investimento?

Não fique à espera da aprovação do projeto.

Estamos consigo desde o primeiro momento.

Informe-se junto do seu Gestor ou em [www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt).

Operações de crédito sujeitas a análise de risco do Banco e condições definidas em função do perfil de risco da operação.



MILLENNIUM. AQUI CONSIGO.



[www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt)

**Millennium**  
bcp Empresas